

A AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Autoras: Natália Rigueira Fernandes

Débora Brandão de Paula

Introdução

Quanto ao que diz respeito à história da Educação Especial no Brasil, esta só começou a ser “escrita” no final dos anos cinquenta início da década de sessenta do século XX. No século XIX, havia alguns estudiosos que, isoladamente, e desarticuladas de algum órgão central, desenvolviam medidas para o auxílio de pessoas que apresentassem algum tipo de necessidade especial. O atendimento escolar especial aos portadores de necessidades especiais teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado, estipulado pelo Governo Federal, com a criação de instituições voltadas para esse fim.

Dessa forma, de acordo com Mazzotta (1999) a defesa da cidadania e do direito a educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Sendo assim, pretende-se, com base em autores renomados, que estudam a inclusão e suas implicações, observar questões referentes à educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, visto que esse é um direito que deve ser preservado e respeitado.

Descrição dos Objetivos

A presente pesquisa apresenta como objetivos a observação das práticas avaliativas utilizadas na prática pedagógica com alunos portadores de necessidades especiais, bem como a dificuldade dos professores em desenvolver metodologias, visto que muitos não possuem um bom preparo nem apoio integral da escola em que atuam. Dessa forma, esse trabalho pretende detectar, com base em relatos de profissionais da

área da educação os desafios e as possibilidades da inclusão, as alternativas utilizadas pelos docentes para avaliar crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

Desenvolvimento

Sabe-se que, no âmbito da Educação Especial, é necessário haver reflexão constante sobre o processo de ensino-aprendizagem, promovendo reestruturação e renovação constante das escolas. Deve-se ater à observação das metodologias. Se estas últimas estão se adequando aos alunos e as suas peculiaridades, bem como atendendo aos objetivos previamente traçados às crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

Esta pesquisa se concentrará, pois, a observar estas questões de maneira um pouco mais aprofundada. Para isso, o recorte da realidade escolhido foi uma escola particular do município de Viçosa-MG. Para tanto, uma professora que trabalha em dois turnos da educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foi entrevistada. A mesma possui, ao todo, 40 alunos. Entre eles, um surdo-mudo, outros com acompanhamento psicológico e neurológico, e outro com a hipótese de TDAH. A professora, acima mencionada, respondeu a um questionário, onde estava presentes um conjunto de questões logicamente relacionadas com os objetivos deste trabalho.

No que diz respeito à qualidade da educação, mais especificamente às práticas avaliativas na Educação Especial, sabemos que existem inúmeras discussões e sugestões, mas pouca ação concreta. Então quando se fala em pessoas com deficiência e seu direito a educação, nos ocorre, de imediato, a visão de que estamos falando de uma “educação especial”, diferenciada. “Ocorre que as escolas tradicionais alegam um antigo despreparo para receber alunos com deficiência visual, auditiva, mental e até físicas, mas nada ou muito poucos fazem no sentido de virem a se preparar” (MANTOAN 2008.p.21).

A afirmação acima é verídica, basta se atentar para a realidade da escola atual para se detectar que muitos profissionais da educação não possuem preparo, para lidar com as diversas necessidades especiais de muitos alunos. Porém, é preciso admitir que muitas escolas não se esforçam para auxiliar seus professores, que têm de desenvolver metodologias próprias para a aplicação em sala de aula. Esse fato fica evidente na fala de

nossa professora entrevistada, que afirma que “o currículo da escola não faz nenhuma adaptação à situação das crianças com necessidades educativas especiais” (Professora).

De acordo com Mantoan (2008) a possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminação e sem métodos e práticas de ensino especializado, como por exemplo, a prática da avaliação sem critérios para a Educação Especial, leva à necessidade, portanto, de uma reestruturação do projeto pedagógico escolar. “Porém, sabemos da inadequação dos projetos pedagógicos aos alunos ditos “especiais”. Dessa forma, cabe ao professor desenvolver métodos e práticas, muitas vezes desarticulados do regimento escolar e do Projeto Político Pedagógico, para se trabalhar com esse “novo “público, de forma “solitária”, conforme enfatiza a professora entrevistada, que ainda enfatiza que assume, “sozinha a responsabilidade de adaptar atividades e avaliações de acordo com o nível das crianças especiais”.

Segundo Stainback (1999) os professores experientes de turmas inclusivas indicam que os problemas prioritários no manejo da turma são: moldar o ensino para o nível adequado de cada aluno, facilitar a aceitação por parte dos colegas, enfrentarem efetivamente comportamentos fisicamente perigosos e destrutivos. Para tanto, exige-se do professor, para enfrentamento desses desafios, maiores leituras e estudos conforme o relato acima da professora entrevistada, que afirma fazer leituras em busca de alternativas para melhor compreendê-los, mas, mais uma vez, desarticulada da escola e do Projeto Político Pedagógico, que não faz menção a essa situação específica.

Com base nessa reflexão, percebe-se que é fundamental a conexão entre escola e professor, para que, para este último, em meio às dificuldades do trabalho envolvendo a inclusão, seja possível desempenhar um trabalho satisfatório em sala de aula, compreendendo toda a sua heterogeneidade.

Conclusão

Por meio da presente pesquisa, pôde-se concluir que muitos professores, e ambientes educacionais, ainda enfrentam diversos desafios ao lidarem com a inclusão escolar. Sabe-se que esta é uma realidade que exige de todos os profissionais da educação engajamento e articulação. Dessa forma, de acordo com Mantoan (2008) o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver

predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não devem conduzir/restringir o processo de ensino, como comumente acontece, principalmente, no âmbito da inclusão escolar.

Referências Bibliográficas

MANTOAN, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 2ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis: Cortez, 2008.

STAINBACK, Susan. **Inclusão**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.